



Câmara dos Deputados

COMISSÃO DE TURISMO E DESPORTO

REQUERIMENTO N.º _____ DE, 2013
(Do Sr. Afonso Hamm e Sr. Otavio Leite)

Solicita que sejam convidados representantes da Confederação Brasileira de Clubes; do Ministério do Esporte; da Caixa Econômica Federal; e do Conselho dos Clubes Formadores de Atletas Olímpicos, para prestarem esclarecimentos em Audiência Pública desta Comissão sobre recursos públicos utilizados no programa de formação de atletas olímpicos.

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, com fundamento no art. 50, da Constituição Federal, combinado com o art. 219, § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvido o plenário, se digne a adotar as providências necessárias para que sejam convidados representantes da Confederação Brasileira de Clubes; do Ministério do Esporte; da Caixa Econômica Federal; e do Conselho dos Clubes Formadores de Atletas Olímpicos (Confao), para prestarem esclarecimentos a esta Comissão a respeito dos recursos que já estão disponibilizados para programas de formação de atletas olímpicos, através de Clubes formadores de atletas, porém estão parados na conta poupança da Confederação Brasileira de Clubes, conforme amplamente divulgado pela mídia.

JUSTIFICAÇÃO

O site UOL publicou reportagem, no dia 19/08/2013, sob o título: “**Governo libera 100 milhões para formar atletas olímpicos mas dinheiro não chega a clubes**”. Diz a notícia:

“19/08/2013 - **Governo libera R\$ 100 milhões para formar atletas olímpicos, mas dinheiro não chega a clubes.**

Aiuri Rebello. Do UOL, em Brasília-DF.



Câmara dos Deputados

Um empurra-empurra entre o governo federal e a CBC (Confederação Brasileira de Clubes) faz com que entre R\$ 90 e R\$ 100 milhões do dinheiro público destinado à formação de atletas em esportes olímpicos estejam parados em uma conta bancária da entidade. A verba é destinada aos clubes formadores de atletas de base em diversas modalidades pela Lei Pelé, mas segue sem uso quase dois anos após o início de seu repasse à confederação.

O governo federal diz que a CBC pode distribuir os recursos entre os clubes desde que começou a receber, em fevereiro de 2012. Já a entidade alega "falta de segurança jurídica" e que se fizer isso terá problemas com órgãos de controle como o TCU (Tribunal de Contas da União). Alega que ainda não liberou a bolada pois falta o Ministério do Esporte terminar a parte dele na definição das regras para uso dos recursos.

Enquanto o impasse continua Flamengo, Esporte Clube Pinheiros, Fluminense, Grêmio Náutico União, Minas Tênis Clube, Corinthians e late Clube de Brasília, todos clubes com tradição na formação de atletas olímpicos, reclamam da demora e colocam dúvidas sobre a gestão do processo de liberação do dinheiro conduzido pela confederação.

Os clubes afirmam que "não reconhecem a atual diretoria da CBC como representantes dos clubes formadores de atletas olímpicos e paralímpicos", em manifesto divulgado em julho e subscrito pelas sete agremiações. "Em processo pouco transparente, com indícios de irregularidades e ao arrepião da verdadeira democracia, essa diretoria foi eleita em março de 2013, em sufrágio com chapa única sem a participação da maioria dos clubes formadores de atletas", diz o documento, que afirma ter pedido providências ao Ministério do Esporte.

Lei Pelé

O montante é fruto do 0,5% da arrecadação das loterias da Caixa Econômica Federal que a Lei Pelé destina para os chamados "clubes formadores de atletas olímpicos". A Lei Pelé (Lei 9.615) foi aprovada em 1998 no governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso, mas foi modificada pela Lei 2.395 de 2011, batizada de Nova Lei Pelé. Com as mudanças, a CBC passou a ser considerada a entidade adequada para centralizar os recursos previstos na lei e distribuí-los para aplicação em esporte de base olímpico nos clubes.

Desde então, a entidade não distribuiu nem um real. Inicialmente, a confederação afirmou que faltava a regulamentação da Nova Lei Pelé, sem a qual não poderia usar os recursos. Feita a regulamentação, em abril deste



Câmara dos Deputados

ano, a CBC afirma que falta agora uma portaria do Ministério do Esporte, especificando quanto a entidade pode gastar para montar a estrutura necessária para selecionar e acompanhar os clubes e projetos beneficiados com o dinheiro público.

"Temos que ter toda a cautela na aplicação destes recursos", afirma Arialdo Boscolo, presidente da CBC de 2001 até o início deste ano e atual presidente do Conselho Consultivo da entidade. "Não podemos errar e temos que fazer a coisa 100% correta. "Onde está escrito que já pode usar, me mostra. É dinheiro público, e temos que ter um cuidado especial com ele", afirma o dirigente.

Segundo ele, dos 131 clubes filiados à entidade, cerca de 44 demonstraram interesse em desenvolver projetos de base na formação dos atletas olímpicos. De acordo com Boscolo, uma comissão elabora a forma de usar os recursos. "Firmaremos convênios com os clubes para projetos específicos e teremos toda uma estrutura para acompanhamento deles", diz Boscolo. O dirigente afirma que o dinheiro poderá ser aplicado apenas no esporte de base, e não em categorias principais e atletas profissionais. Devem ser aceitos projetos em todas as modalidades olímpicas de qualquer clube, menos o futebol masculino. Limites de verba, permissão para aplicação em infraestrutura e outros pontos seguem indefinidos.

O Ministério do Esporte afirma, através de sua assessoria de imprensa, que a CBC ainda não liberou os recursos para os clubes interessados por que não quis, já que havia condição legal para isso, mas confirma que ainda emitirá um ato para definir este pormenor. "O Ministério está ouvindo a CBC, o Confao (Conselho dos Clubes Formadores de Atletas Olímpicos) e os próprios clubes na tentativa de sanar divergências e chegar a definições comuns. O Ministério vem fazendo uma série de reuniões para discutir o assunto com o segmento", afirma a nota enviada ao UOL Esporte.

'Distorção da lei'

"A CBC distorce a lei e o dinheiro vai se perder", diz Alexandre Póvoa, vice-presidente de Esportes Olímpicos do Flamengo. "Os clubes realmente formadores de atletas olímpicos estão insatisfeitos com o modelo elaborado pela entidade. "Da forma que está até a própria CBC pode propor e tocar um projeto de formação de atletas. A entidade não tem transparência e representatividade. Queremos que todos tenham acesso ao dinheiro, mas que seja considerada a relevância de cada um, e não qualquer clube sem condições propor projetos que não vão levar a lugar nenhum só para angariar um pouco da verba", diz Póvoa.



Câmara dos Deputados

Ele diz que o Flamengo, que no início do ano cortou investimento na ginástica olímpica e judô, conta com cerca de mil atletas em nove modalidades olímpicas, a maioria em categorias de base. Ao todo, 196 atletas que passaram pelo clube já representaram o Brasil em Jogos Olímpicos. De acordo com Póvoa, o déficit do departamento de esportes olímpicos ainda é de R\$ 6 milhões por ano. "A CBC é legalmente a entidade correta para receber estes recursos, mas o Ministério do Esporte tem que supervisionar e temos que ter certeza que o dinheiro chegará para formar atletas olímpicos", diz.

Para o superintendente de esportes olímpicos do Fluminense, René Machado, a CBC não é transparente com o "prazo e muito menos os critérios". "O que sabemos é que a regulamentação interna aprovada desconsiderou a ajuda ao atleta, tão necessária, desvirtuou o objetivo de formação de atletas pelos clubes incentivando o esporte educacional e aprovou o absurdo da CBC receber recursos para formação de atletas. O prejuízo causado para a formação de atletas é irrecuperável", afirma ele.

"Nossas opiniões sobre critérios foram completamente desconsiderados passando o incentivo a ser distribuído para quaisquer clubes e a Instituições Educacionais , deturpando absolutamente o objetivo inicial que era apoiar efetivamente os clubes que realmente investem na formação de atletas", completa o vice-presidente do Fluminense, Ricardo Martins.

Em meio a toda essa discussão, ainda não há prazo para que o dinheiro comece a ser utilizado na formação de atletas na base de modalidades olímpicas, e o dinheiro segue sendo depositado na conta da CBC onde está se acumulando."

Em dezembro de 2012, O jornal Folha de São Paulo publicou reportagem, , sob o título: **"Verba para formar atletas olímpicos está parada na poupança"**. Diz a notícia:

"Verba para formar atletas olímpicos está parada na poupança - Ministério repassa para clubes dinheiro que não é usado.

Eduardo Ohata - São Paulo

A pouco menos de quatro anos dos Jogos Olímpicos do Rio-16, R\$ 60 milhões, oriundos do governo e carimbados com o objetivo de formar atletas olímpicos, estão parados em uma conta de poupança.

Uma quantia mensal, referente a 0,5% da porcentagem da verba arrecadada pelas loterias a que o Ministério do Esporte tem direito, tem sido



Câmara dos Deputados

depositada em conta da CBC (Confederação Brasileira de Clubes) desde março.

O depósito inicial foi retroativo a 16 de março do ano passado, quando a presidente Dilma Rousseff sancionou as alterações na Lei Pelé. A mudança no texto deu à CBC o direito de receber essa verba governamental, que deveria ser repassada ao Confao (Conselho dos Clubes Formadores de Atletas Olímpicos).

A busca do conselho por um auxílio financeiro do governo federal incluiu até uma queda de braço com o COB (Comitê Olímpico Brasileiro). Os clubes alegaram que eles produzem a matéria-prima --atletas das categorias de base-- que se transforma em competidores do esporte de alto rendimento.

No início de sua campanha pelo auxílio do governo, os clubes pleitearam receber 30% da verba da Lei Piva, dinheiro das loterias direcionado ao COB --a entidade, por sua vez, repassa uma porcentagem para as confederações esportivas nacionais.

Não conseguiram, mas ficaram com parte do dinheiro que vai para o ministério. A verba parada na conta da CBC, por exemplo, seria suficiente para bancar todos os projetos do Clube Pinheiros para formação de atletas nos últimos quatro anos --a instituição, via lei de incentivo fiscal ao esporte, captou R\$ 38 milhões para atender 600 jovens entre 14 e 19 anos. Os valores empregados na formação de atletas olímpicos varia de acordo com histórico e contexto de cada um.

Apoio de pais, confederações, dinheiro de clubes, das diferentes esferas de governo --por meio de programas como o Bolsa Atleta ou leis de incentivos fiscais-- e eventualmente até o dinheiro do COI (Comitê Olímpico Internacional) entram nessa conta.

O presidente da CBC, Arialdo Boscolo, justifica que é a cautela que o impede de distribuir o dinheiro recebido. "A alteração na Lei Pelé foi sancionada, só que falta ser aprovada a regulamentação [texto que explica, em detalhes, como funcionam as ações que no texto da lei dão margem a interpretações diferentes]", afirma Boscolo.

"Você me perguntou por que não uso [o dinheiro]? Então me diga como. A decisão de não distribuir foi aprovada pelo próprio segmento na Assembleia Geral dos clubes. Minha decisão está calçada na lei e até em meus pares."

Porém, o próprio governo federal apresenta uma perspectiva diferente da questão. Segundo a assessoria de imprensa do Ministério do Esporte, legalmente, não existem empecilhos para a CBC utilizar esses recursos já.



Câmara dos Deputados

Representantes de clubes dizem que não há problema para o uso imediato da verba. Lembram que COB e CPB (Comitê Paraolímpico Brasileiro) desenharam as suas próprias metodologias para distribuição do dinheiro e, posteriormente, submeteram a documentação ao TCU (Tribunal de Contas da União)."

Nesse sentido, solicitamos aos membros desta Comissão a aprovação do presente requerimento, para os devidos esclarecimentos acerca dos fatos descritos.

Sala das Comissões, em _____ de agosto de 2013.

Deputado Afonso Hamm
PP/RS

Deputado Otávio Leite
PSDB/RJ